

Governo tenta evitar pressão de extremos

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

É bom colocar as coisas nos devidos termos: em nenhum momento o presidente José Sarney ou qualquer de seus ministros comentou estar-se desenvolvendo um complô ou tentativa de golpe das esquerdas para tomar o poder pela força. O que o presidente tem sustentado, em conversas informais, é quase o oposto. As esquerdas imaginaram conquistar o poder através de manobras constituintes, mas quebraram a cara. Montaram uma trama, obtiveram algumas vitórias, inclusive aquela expressa pelo projeto da Comissão de Sistematização, mas, finalmente, viram-se obstadas pela reação da maioria parlamentar, reunida em torno do Centrão. Houve risco, é claro, e ainda haverá, ouve-se no Palácio do Planalto, caso os setores moderados, liberais e conservadores não consigam manter sua unidade nos trabalhos constituintes, a serem reiniciados em janeiro. A aprovação de artigos socializantes na economia e no plano social, aliada à aprovação do parlamentarismo, por certo geraria condições para que a minoria empalmasse o poder, mas como tudo parece indicar ampla revisão do projeto referido, inclusive com a derrota do sistema parlamentarista de governo, a manobra das esquerdas ficará registrada apenas como malograda tentativa. Isso na versão das principais figuras do governo.

O que vinha acontecendo, mesmo antes da instalação dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, no entender do presidente e de seus auxiliares, era a articulação de setores do PMDB, aliados aos pequenos partidos de esquerda, no sentido de criar condições legais para a conquista do Estado. Inexistia um plano conspiratório redigido na calada da noite, mas havia uma espécie de roteiro, que foi seguido: desde as modificações promovidas na Emenda Constitucional nº 26, até a redação do regimento interno, a meta era condicionar e limitar os trabalhos constituintes às iniciativas da esquerda. Num caso, dando prevalência às decisões da Comissão de Sistematização, para a qual foram escolhidos a dedo, e em maioria, os membros do grupo. No outro, procurando emprestar à Constituinte um papel superior ao dos poderes constituidos, Executivo, Judiciário e até Legislativo.

Custou muito para a maioria parlamentar perceber a armadilha em que estava entrando. O governo também dançou por vários meses. Pelo menos é o que pensam. Com propostas fantasiosas e socializantes, com o parlamentarismo e a redução do mandato presidencial para quatro anos, as esquerdas visavam empalmar o poder já nos primeiros meses de 1988. Ficasse a nova Constituição no modelo do projeto da Comissão de Sistematização e um primeiro-ministro saído do grupo peemedebista logo estaria chefiando o governo. A ele caberia aplicar os novos dispositivos constitucionais, mesmo sem estarem regulamentados. O presidente Sarney seria transformado numa espécie de

rainha da Inglaterra, sem poderes, o mesmo acontecendo com seu sucessor, ainda que não viesse do PMDB.

Nas conversas palacianas, obviamente que reservadas, faz-se menção aos personagens dessa suposta tentativa fracassada: Mário Covas, Pimenta da Veiga, Fernando Henrique Cardoso, Severo Gomes, Hélio Duque, Euclides Scailão, Fernando Lyra, Cristina Taveg e outros, pelo maior partido nacional, formariam o núcleo empenhado na desestabilização do governo, ajudado pelos integrantes do PC, do B, PCB, PT e agremiações paralelas: Governadores como Miguel Arraes, Waldyr Pires e Pedro Simon integrariam a trama. O conjunto se apoia em linhas auxiliares, ou seja, em contingentes liberais, do PMDB, PFL e outras legendas. Mas, na hora de dividir o bolo, o espaço seria só deles.

Ulysses Guimarães é visto de modo singular pelos palacianos que sustentam a existência dessa articulação pela tomada do poder. Ele seria usado pelo grupo, talvez pudesse ser o seu candidato à Presidência da República, no sistema parlamentarista. Mas seria aos poucos conduzido a um pedestal ou andor, de onde teria pouca ou nenhuma chance de influir nos acontecimentos. Suas ligações com muitos dos referidos "conspiradores" são fraternais, ou paternas, e ele seria naturalmente marginalizado. Ou canonizado, tanto faz.

Há quem suponha um pouco de paranóia ou falta de assunto em toda essa suposição. Porque os citados personagens da imaginada trama até riem ao ouvir referências a trama. Não pretendem responder, por que ninguém, no Palácio do Planalto, autoriza a personificação das denúncias. As coisas ficam na quietude do plano etéreo do poder, sem dos indícios, das acusações flutuantes e das projeções especulativas. A registrar está o fato de que não se poderá, desta vez, atribuir tudo à imprensa. Seguidos interlocutores de importantes figuras do governo estão aí mesmo para testemunhar o que têm ouvido. Das formulações que, em nenhum momento, vale a repetição, a primeira denúncia de golpes de Estado, hipótese que se enquadraria até na legislação vigente.

De qualquer forma, verdadeira ou fantasiosa, a versão tem o título de um dos best-sellers do ano: Tudo o que é Sólido Desmancha no Ar. As mutações havidas na Constituinte conduzem à prevalência das forças de centro e a imaginação do projeto socializante de nova Constituição está indo para o espaço. Tudo correndo conforme as previsões oficiais, será bem outro o cenário a ser finalmente aprovado e promulgado. É sempre bom registrar que, no começo do governo Sarney, a conversa era outra. Nos idos de 1985 saíam do Palácio do Planalto informações e alertas sobre estar em marcha uma trama de direita, gerida por elementos ligados a situação passada, em aliança com empedernidos conservadores. Se agora ela vem da esquerda, a conclusão será de que o governo, mais do que nunca, precisa ficar no centro.